

siderando-se exoneradas do lugar que ocupam a partir da data da aceitação de nomeação.

Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 3 da resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, tendo-se obtido confirmação de declaração de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, 8.ª Delegação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Lopes das Neves*.

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P.

Despacho n.º 8859/2005 (2.ª série). — Por despachos de 27 de Janeiro de 2005 da directora do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P., e de 16 de Fevereiro 2005 do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Governo Regional da Madeira:

Maria de Lurdes Tavares Clemente, assessora principal da carreira de médico veterinário — transferida do quadro de pessoal da Direcção Regional de Pecuária para o quadro de pessoal deste Laboratório Nacional, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 85/85, de 1 de Abril, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — A Directora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8860/2005 (2.ª série). — De acordo com o Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, os funcionários e agentes da Administração Pública poderão requerer a equiparação a bolseiro no País quando se proponham frequentar cursos ou estágios de reconhecido interesse público.

Considerando que a obtenção de doutoramento pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, subordinado ao tema «Para Lá dos Números — As Consequências Pessoais do Desemprego. Trajectórias de Exclusão e Estratégias de Enfrentamento», pelo técnico superior de 1.ª classe Jorge Manuel Alves Caleiras, a exercer funções no Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, do Instituto da Segurança Social, I. P., se reveste de interesse para a área funcional onde presta serviço;

Considerando que o Instituto da Segurança Social, I. P., é favorável à obtenção do referido doutoramento;

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e nos termos do despacho n.º 92/SESS/90, de 13 de Fevereiro, determino o seguinte:

1 — É concedida a equiparação a bolseiro ao técnico superior de 1.ª classe Jorge Manuel Alves Caleiras, por um ano, desde a data da publicação do presente despacho.

2 — A presente equiparação a bolseiro implica a dispensa total do exercício de funções.

6 de Abril de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

Deliberação n.º 575/2005. — Por deliberação de 6 de Abril de 2005 do conselho directivo:

Marco Lourenço Antunes, ex-militar em regime de contrato até 3 de Abril de 2001 — nomeado, precedendo concurso, provisoriamente, pelo período de um ano, findo o qual a nomeação se converterá automaticamente em definitiva, na categoria de técnico de 2.ª classe de cardiopneumologia, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., aprovado pela Portaria n.º 1022/99, de 18 de Novembro, nos termos conjugados dos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 30.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, do n.º 3 do artigo 4.º e dos

n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Pessoal, *Maria Vitória Costa*.

Deliberação n.º 576/2005. — Por deliberação de 6 de Abril de 2005 do conselho directivo:

José de Brito Pena Carvalho, assistente administrativo principal do quadro permanente da Direcção-Geral de Viação — nomeado, precedendo concurso, provisoriamente, em comissão de serviço, pelo período de um ano, findo o qual a nomeação se converterá automaticamente em definitiva, na categoria de técnico de 2.ª classe de cardiopneumologia, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., aprovado pela Portaria n.º 1022/99, de 18 de Novembro, nos termos conjugados do n.º 3 do artigo 4.º e do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Pessoal, *Maria Vitória Costa*.

Deliberação n.º 577/2005. — Por deliberação de 30 de Março de 2005 do conselho directivo:

Pedro Lopes, auxiliar administrativo, da carreira de auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P. — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, a fim de exercer funções correspondentes à carreira de assistente administrativo, tendo em vista a sua reclassificação na categoria de assistente administrativo, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Pessoal, *Maria Vitória Costa*.

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA SAÚDE

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Hospital Ortopédico de Sant'Ana

Deliberação (extracto) n.º 578/2005. — Por deliberação do conselho directivo deste Hospital de 22 de Março de 2005, proferida no uso de competência delegada:

Lucinda Nazaré Aires da Encarnação, enfermeira graduada — autorizada a renovação do regime de horário acrescido, quarenta e duas horas semanais, pelo período de 12 meses, a partir de 15 de Abril de 2005. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Administradora-Delegada, *Maria da Conceição Carp*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Despacho n.º 8861/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Miguel Augusto Morgado do Quental de Menezes para o desempenho de funções de coordenação e administração da secretaria de apoio do meu Gabinete.

2 — É atribuída ao nomeado a quantia de € 1750 como remuneração mensal acrescida do subsídio de refeição, com direito, nos termos legalmente estabelecidos, aos subsídios de férias e de Natal, calculados sobre a respectiva remuneração.